

REFORMAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E A REPRODUÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

Amaikow Orí Njila Barbosa Barros

Ellen Felício dos Santos

Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, campus de Marília Programa de Pós-Graduação em Educação Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) E-mail: amaikow.njila@unesp.br

2 Faculdade de Filosofia e Ciência, UNESP, campus de Marília Programa de Pós-Graduação em Educação Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e-mail: ellen.felicio@unesp.br

Eixo Temático: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais

Palavras-chave: Reformas educacionais; neoliberalismo; racismo.

INTRODUÇÃO

Embora tenha raízes anteriores, as reformas educacionais no Brasil intensificaram-se na década de 1990, integrando a reorganização do Estado para recompor as condições de acumulação capitalista. As mudanças ajustaram a escola pública às exigências do mercado, dos organismos multilaterais e do setor privado, que sob os discursos da eficiência, da flexibilidade e da liberdade de escolha, ampliaram avaliações padronizadas, a gestão por resultados, o controle do trabalho docente e a participação privada na educação.

Essa ofensiva ocorre em uma formação social constituída pelo escravismo, pela concentração da propriedade e pela divisão racial do trabalho. Moura (1988) demonstra que o racismo foi incorporado à sociedade de classes e passou a organizar a inserção desigual da população negra no mercado de trabalho e no acesso à riqueza e aos direitos sociais. Portanto, as reformas neoliberais aprofundam desigualdades de classe e atualizam mecanismos de hierarquização racial.

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre as reformas educacionais neoliberais no Brasil e a reprodução das desigualdades raciais.

METODOLOGIA

A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético. Examinamos as reformas educacionais como expressão das transformações do capitalismo e das disputas entre as classes sociais. A análise articula totalidade, contradição,

trabalho, luta de classes e racismo. O estudo dialoga com Mészáros (2008), Moura (1988), Freitas (2012), Motta e Frigotto (2017), Silva (2018) e Santos (2026).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As reformas educacionais neoliberais alteram a função social da educação, que passa de direito à serviço. A formação ampla perde espaço para competências, habilidades e comportamentos exigidos pelo mercado, formando sujeitos adaptáveis à instabilidade do trabalho. Mészáros (2008) adverte que a educação institucionalizada, sob o domínio do capital, participa da produção da conformidade necessária à manutenção da ordem.

Essa educação desloca a responsabilidade para o indivíduo ocultando as determinações estruturais do capitalismo. A falta de trabalho aparece como resultado de pouca qualificação, iniciativa ou esforço e as desigualdades históricas são convertidas, pela meritocracia, em diferenças aparentes de desempenho. No Brasil, essa ideologia também encobre o racismo ao tratar como fracasso individual os efeitos de uma estrutura que restringiu à população negra o acesso à propriedade, ao trabalho protegido e à educação de qualidade.

Esse movimento é reforçado pela gestão empresarial. As competências e habilidades podem ser mensuradas e facilitam avaliações externas, criação de metas, rankings e bonificações ou sanções aos atores envolvidos. Nesse escopo, os resultados quantitativos se tornam o principal critério de qualidade. Freitas (2012) demonstra que esse modelo responsabiliza professores e escolas por desempenhos relacionados ao financiamento, à infraestrutura e às condições materiais dos estudantes. Escolas situadas em territórios periféricos e frequentadas majoritariamente pela população negra são comparadas a instituições com condições superiores, sem que essa desigualdade seja considerada.

Para além da venda de materiais e serviços, o setor privado disputa a educação pública. A pesquisadora Ellen Felício dos Santos (2026), analisa o Movimento Todos Pela Educação (TPE) como um *think tank* que atribui a crise da escola pública à suposta ineficiência de professores e gestores, apresentando como solução o monitoramento, a padronização, a gestão por resultados e as parcerias público-privadas. Sua rede reúne empresas dos setores financeiro, industrial, editorial, tecnológico e de comunicação, constituindo ação organizada de frações da burguesia sobre a educação pública. O TPE dissemina a ideia de que professores e diretores fracassaram e que novos mecanismos de controle resolveriam o problema. Parte dos recursos

educacionais é direcionada a instituições privadas que se apresentam como solução para a crise que ajudam a divulgar. Esse diagnóstico empresarial transforma desigualdades históricas em problemas de gestão, ocultando que parcela expressiva da população negra estuda em escolas com falta de professores, infraestrutura precária e acesso desigual aos bens culturais. A crise real da escola pública é usada para ampliar o controle sobre o trabalho docente e transferir recursos e decisões ao setor privado.

Essa dualidade foi aprofundada pela reforma do Ensino Médio. Motta e Frigotto (2017) mostram que a Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) reduziu a formação geral e aproximou o currículo das necessidades imediatas do mercado. Os itinerários formativos foram apresentados como escolha, embora sua oferta dependa das condições de cada escola. Nas redes públicas, a falta de docentes, laboratórios e recursos limita os percursos disponíveis. Aos jovens da classe trabalhadora destinam-se itinerários reduzidos, enquanto estudantes das escolas privadas preservam formação mais ampla e orientada ao ingresso no ensino superior.

Silva (2018) identifica na Base Nacional Comum Curricular a retomada da pedagogia das competências presente nas reformas dos anos 1990. O conhecimento escolar passa a ser organizado por desempenhos e habilidades práticas. O enfraquecimento das Ciências Humanas reduz o espaço para o estudo crítico da exploração do trabalho, do escravismo, das lutas negras e do racismo.

A divisão escolar acompanha a divisão racial do trabalho (Moura, 1988), incorporando a população negra à sociedade de classes nas posições mais subordinadas e vulneráveis à exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas educacionais neoliberais integram a ofensiva do capital sobre os direitos sociais. Elas alteram a função da escola pública, fortalecem a gestão empresarial, ampliam o controle sobre o trabalho docente e restringem a formação destinada aos filhos da classe trabalhadora, com um currículo fragmentado sob o discurso da escolha individual. Nesse sentido, classe e raça não são separadas na formação social brasileira. O racismo participou da constituição do mercado de trabalho e continua organizando a distribuição desigual da riqueza, do conhecimento e dos direitos. As reformas neoliberais atualizam essa estrutura quando oferecem formações diferentes para grupos que já ocupam posições desiguais.

A crítica à educação neoliberal deve enfrentar conjuntamente a exploração capitalista e o racismo. A defesa da escola pública exige financiamento estatal, valorização dos trabalhadores da educação, acesso ao conhecimento historicamente produzido, combate à privatização e aplicação efetiva da educação das relações étnico-raciais. No Brasil, uma educação voltada à emancipação humana precisa ser anticapitalista e antirracista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379–404, abr./jun. 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 — Lei nº 13.415/2017. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355–372, abr./jun. 2017.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, Ellen Felício dos. Think tanks e as políticas educacionais no Brasil: o movimento Todos Pela Educação. **Anais do V Congresso Internacional sobre a Teoria Histórico-Cultural e 19ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília: (Des)humanização, poder e educação: resistências e enfrentamentos**, Marília, v. 1, n. 1, e0240029, 2024. Disponível em: <https://anais.marilia.unesp.br/index.php/cisthc/article/view/333>. Acesso em: 31 jul. 2026.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018.